

Grande sertão & Grande sertão veredas

» CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO

Engenheiro florestal e conselheiro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), representando a sociedade civil da Região Centro-Oeste

Como amante da obra de João Guimarães Rosa, especialmente do romance *Grande sertão: veredas*, confesso que fiquei apreensivo e um pouco indignado com a produção de *Grande sertão*, filme de Guel Arraes e roteiro de Jorge Furtado, baseado na obra de Rosa. Fiquei pensando como poderiam ter a coragem de “brincar” com uma das obras mais importantes da literatura brasileira e mundial, um orgulho para o Brasil. Não concebia a ideia de que o cenário da obra poderia ser completamente diferente do que está no romance, tendo em vista que um dos objetivos de Guimarães Rosa foi justamente retratar o sertão do Brasil profundo, com suas mazelas e belezas características dessa região.

No entanto, ao assistir ao filme, coincidentemente na semana em que se comemora o nascimento de Guimarães Rosa, 27 de junho, vi que estava completamente enganado. Fiquei totalmente bem impressionado não só com a excelente produção, como também com os atores, todos, especialmente Caio Blat, que dá um verdadeiro show, tanto na fase jovem de Riobaldo, quanto na fase em que, mais velho, relata os fatos marcantes da sua saga. Também o cenário, que mais parece uma favela futurista, que mostra a realidade de uma sociedade na qual impera a “lei do mais forte”; de um lado, os “barões” da banditagem, e, do outro, os “agentes da lei”, imersos na corrupção, com as comunidades tendo que conviver com o fogo cruzado e com todo tipo de injustiça social, assim como nos dias atuais.

Além disso, a obra de Guimarães Rosa, pois não se trata de uma literatura regionalista e datada, mas, sim, de uma obra que alcança uma linguagem universal e atemporal. Daí, a possibilidade de transpor o roteiro para outras realidades. Conforme ressaltado por Antônio Cândido, um dos mais importantes críticos literários brasileiros, trata-se de uma obra que tem um caráter metafísico: “Não é uma obra regionalista, pois toca em problemas universais, problemas que atormentam o homem em qualquer parte do universo. Quem sou eu? Quem é você? Deus existe ou não? O diabo existe ou não? O que é o bem? O que é o mal? O culpado é ele ou sou eu? O homem faz o meio ou é fruto do meio? Em *Grande sertão: veredas* a terra não condiciona o homem, e o homem não condiciona a luta. Não há relação causal. Os três estão no mesmo plano, tudo está embaralhado. O sertão é o lugar onde a vontade do homem se fez mais forte que o poder do lugar. O bonito em *Grande sertão: veredas* é a extrema ambiguidade, é fluido, as coisas são e não são, tem o lado do bem e o lado do mal. Todas as vezes que se faz o mal, sem querer, se faz o bem. Isso é um paradoxo, a ambiguidade máxima”.

Assim, saí feliz do cinema e mudei completamente meu sentimento inicial, e acredito que Guimarães Rosa também estaria feliz. Conversando com Lucas, meu enteado, que faz artes cênicas na Universidade de Brasília (UnB), ele colocou algo interessante. Acredita que Guimarães Rosa se sentiria honrado em ter sua obra passando por uma releitura, sendo transposta para uma realidade atual, em um cenário completamente diferente, de forma corajosa e que quebra a nossa ideia de sertão.



Por falar em sertão, o real, este, sim, está sofrendo bastante. Os biomas Cerrado e Caatinga, que abrangem o que é denominado sertão, estão sendo destruídos pelas formas como estão sendo explorados e ocupados. A expansão desenfreada das atividades agropecuárias, incentivadas e legalizadas pelo poder público, sem uma estratégia minimamente aceitável de preservação dos biomas, ocasionada principalmente pela produção de commodities para exportação, está determinando um futuro sombrio.

Está mais do que na hora de a sociedade refletir e debater se é isso que queremos. Do contrário, enfrentaremos problemas seríssimos, como o aumento da emissão de gases do efeito estufa, o aumento da seca e de processos de desertificação na Caatinga, a perda da biodiversidade e a

diminuição da oferta de água no Cerrado. O Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, localizados no sertão do noroeste de Minas Gerais e sudoeste da Bahia, que abrangem o cenário original da obra de Guimarães Rosa, são estratégias importantes e interessantes que unem cultura e meio ambiente e poderiam ser consolidadas e replicadas em outras partes do Cerrado e da Caatinga, ajudando na conservação do ambiente e do povo do sertão.

Guimarães Rosa, com certeza, estaria muito triste de presenciar o que está acontecendo no sertão. Apesar de a sua obra transpor fronteiras e o tempo, o cenário original e o povo do sertão foram suas mais fortes fontes de inspiração, pois, diferente do filme, sem as veredas, não há um grande sertão.

Sem Plano Real, Brasil atual não existiria

» AÉCIO NEVES

Deputado federal, presidente do Instituto Teotônio Vilela, ex-governador de Minas Gerais

É muito raro uma política pública entrar para a história de um país a ponto de ser comemorada 30 anos após a sua adoção. O Plano Real conseguiu. Seu reconhecimento se deve ao fato de ter devolvido aos brasileiros a capacidade de planejar o futuro, superando décadas de um processo hiperinflacionário que sempre penalizou mais os mais pobres.

O plano completa três décadas. Aquela foi a oitava tentativa de estabilização econômica desde o fim do regime militar, recebida com enorme expectativa e esperança pela população — cansada de conviver com preços que chegaram a dobrar de um mês para outro — e a desconfiança costumeira dos que eram então oposição: o PT votou reiteradamente contra a medida provisória de criação da nova moeda.

O real foi muito mais que um plano de estabilização econômica. Foi um programa de modernização do país. O Brasil que temos hoje é tributário das enormes transformações econômicas, sociais e institucionais ali iniciadas. Para tanto, foi central e crucial a liderança do então ministro da Fazenda e depois presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Sem ele, o país não teria conseguido.

Mas é fundamental registrar também a participação do então presidente Itamar Franco nesse processo. Sua coragem pessoal e a responsabilidade com o país permitiram que ele tomasse decisões que contribuíram para mudar a história do Brasil.

Como parte relevante da população brasileira atual não viveu aqueles infortúnios, por ser então muito jovem ou nem ter nascido, é bom lembrar o que era o Brasil de 30 anos atrás. Até aquele ano de 1994, os brasileiros haviam se acostumado a uma rotina em que o salário chegava ao fim do mês valendo uma ínfima fração do que valia quando era pago.

No ano anterior, a inflação brasileira chegara a 2.477%. No último mês de vigência da antiga moeda, o cruzeiro real, que circulava durante menos de um ano, o índice geral de preços havia batido em 47%, o que, atualizado, equivaleria a 10.420%. Na média, a carestia havia sido de 16% ao mês desde 1980. Só países como Congo, em guerra civil, Rússia e Ucrânia, saídos da ruína soviética, tinham situação tão ruim quanto a nossa. Definitivamente, não dava para viver assim.

Quatro anos depois do início da vigência do plano, a inflação brasileira caíra a 1,6%, menor patamar da história. Quem mais foi beneficiado foram os mais pobres. Na hiperinflação, a indexação e a correção monetária garantiam proteção ao dinheiro dos que tinham acesso ao sistema financeiro. Mas, na outra ponta, corroía o poder de compra dos salários de quem sequer tinha conta em banco.

À estabilização, o governo do presidente Fernando Henrique somou uma série de medidas destinadas a redesenhar o Estado brasileiro. Havia liderança, havia firmeza, transparência e honestidade de propósitos. O plano foi, pois, o pontapé inicial — e, claro, indispensável — de uma verdadeira revolução destinada a reduzir a desigualdade social e a ampliar o potencial de crescimento da nossa economia — objetivos, infelizmente, até hoje ainda não atingidos.

Vieram, em seguida, as renegociações de dívidas estaduais e municipais, as privatizações, o fim de bancos públicos estaduais que funcionavam como fonte de financiamento de governos perdulários, e, finalmente, a adoção dos princípios de responsabilidade fiscal, por meio da Lei nº 101/2000, que, com o regime de metas de inflação e câmbio flutuante, constituiu daí em diante o sustentáculo da economia brasileira.

Relembrar o Plano Real é crucial para iluminar um passado para o qual não podemos correr risco de retroceder: o do descontrole absoluto dos preços que existiu no país até 1994. Combater a inflação parece um preceito econômico por demais evidente, mas não são poucos os que teimam em querer desafiar-lo, sob os mais espúrios argumentos e inconfessáveis objetivos.

O real é uma peça de resistência. Sobreviveu a governos que levaram o país para rumos errados e fizeram de tudo para arruinar a estabilidade da nossa moeda. O trunfo do plano foi sempre o apoio da própria população, que reconhece nele a maior conquista da nossa história recente.

O real é fruto de um governo, de um líder e de uma equipe dotados de verdadeiro espírito público, devotados a mudar o país e a promover o que toda política pública séria deve perseguir: a melhoria da vida das pessoas. São atos cada vez mais raros no Brasil de hoje, preso a interesses menores, visões de curto prazo e governos de deplorável esterilidade de boas ideias.

As ações promovidas àquela época, no governo do PSDB, inauguraram uma era de reformas que transformou o Brasil num país muito melhor. Esse ciclo, no entanto, não teve continuidade. O que agora precisamos é de uma nova rodada de mudanças estruturais para retomar o caminho do desenvolvimento do qual o país se desvirtuou.

Portabilidade de dívidas no cartão: uma nova arma na concorrência bancária

» FERNANDO LAMOUNIER

Administrador e especialista em educação financeira

O Brasil, historicamente, estipula taxas de juros exorbitantes aos seus credores. A dívida pública está em 75,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Essa é a consequência de pedir dinheiro ao Banco Central (BC), gerando encargos com a instituição. A crise que houve na inflação norte-americana fez com que o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), no início de 2024, estivesse em 13,75%, um dos maiores do mundo. Atualmente, está em 10,5%. Isso interfere diretamente na relação com os bancos, que triplicam essa porcentagem, fazendo com que as taxas cheguem a 30% ou 40% do valor cobrado. Esse é o spread bancário de muitas empresas desse segmento. Uma medida, contudo, promete aliviar um pouco a vida de alguns devedores.

Desde esta segunda-feira, 1º de julho, brasileiros que têm dívidas no cartão de crédito poderão fazer gratuitamente a portabilidade do saldo devedor para outra instituição financeira. A Lei nº 1.4690/2023, disciplinada pelo BC e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é transparente quanto às faturas cobradas do cidadão. Haverá um setor de destaque pelo qual as informações mais importantes serão balizadas.

Deve haver um acordo entre endividado e entidade. É necessário que se suceda a ambas as partes benefícios nas transações. Afinal, os bancos têm direito a rejeitar a proposta. Não há garantias. Entretanto, essa possibilidade vem sob uma forma mandatória e impositiva para todo o mercado cumprir a partir deste mês.

Certamente, as instituições financeiras estarão à prova, uma vez que ficará cada vez mais

evidente, mais transparente, os custos totais dessa operação do cartão de crédito. Tais atividades podem chegar a mais de 400%. Regular-se-á, por meio dessa lei, a situação que é abusiva por parte dos grandes bancos diante do consumidor brasileiro. Será colocado à prova o custo que é repassado aos clientes. E todos os que não estiverem satisfeitos com o que lhes for apresentado poderão franquear suas dívidas à concorrência, com a qual poderão haver negócios para levar-lhes os passivos.

Certamente, isso vai gerar um aumento de competitividade, fazendo com que os bancos duem por clientes, uma vez que o pagamento de juros é a principal fonte de renda dessas instituições. Por não querer perder esses clientes, precisará ser validada uma redução de custo, fazendo com que as pessoas tenham um poder de barganha maior para trabalhar com o setor financeiro. Deve haver ciência do verdadeiro gasto que está sendo pago em cada uma dessas operações.

A portabilidade gratuita das dívidas em cartão de crédito pode ser, sem dúvidas, uma possibilidade para reduzir os dispêndios destinados à administradora financeira original daquela dívida. Tentar levar isso para outra instituição permite que haja, dentro da sua régua de relacionamento e da sua estratégia de negócios, um custo menor daquela mesma dívida. Na mão da proposta feita pela outra instituição, o cliente pode ainda barganhar com a original e tentar uma redução de seus débitos.

Então, esse é um benefício direto por meio de uma medida do governo federal para tentar

promover competitividade do setor. Acirra-se a disputa entre os que querem ficar com essa dívida. Obviamente, analisa-se o custo com risco que ele tem originalmente.

Porém, essa mudança não surtirá efeito direto de negociações significativamente melhores, porque, infelizmente, todos os bancos aplicam uma taxa de juros muito alta. Mas, pelo fato de haver mais transparência e de promover mais consciência do cidadão que usa o cartão de crédito para pagar as contas essenciais do dia a dia, é um grande avanço. A primeira forma para mudarmos uma realidade que não está boa é por meio da consciência e do conhecimento quanto ao que está acontecendo, e essa medida do BC, inegavelmente, nos lança esse alerta.

O Brasil tem entranhado em sua economia o rentismo, que drena boa parte de seus recursos da população pagadora de impostos. A portabilidade de dívidas no cartão, apesar de ser uma medida paliativa, pode despertar tino no contribuinte, que terá às claras o que lhe é cobrado pelas empresas bancárias. É necessário que haja regulamentação em alguns setores, uma reforma, para que a estrutura das cobranças seja, de fato, alterada em prol do consumidor. Taxação de dividendos é uma das hipóteses. Outra é aplicá-la à renda dos mais ricos, poupando ou gerando mais proporcionalidade nas despesas dos mais pobres.

Enfim, toda reforma tem um princípio: não há por que renunciarmos a essa nova alternativa sem nos contentarmos com a luz que se apresenta no fim do túnel. Para o cliente, tal benefício trará clareza e melhor administração das finanças.